

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

*Rua São José, 05 – Centro*

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026-008/2022**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00084/2022**

Recurso administrativo

Ilma. Sra. Autoridade Responsável,

**COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA.**, devidamente qualificada no certame em epígrafe, neste ato representada na forma de sua procuração, vem, tempestiva e respeitosamente, com fundamento nos diplomas normativos correspondentes e nos itens 10.1 e seguintes do Edital, apresentar **RAZÕES DE RECURSO**, com base nos fatos e fundamentos a seguir expostos.

### 1. DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

Naquilo que diz respeito à tempestividade, destaque-se que a manifestação da intenção de recurso foi aceita em 04.04.2022. Assim, considerando o prazo de três dias úteis indicado no Edital, o prazo para recursos no processo foi definido pelo pregoeiro para 08.04.2022, pelo que, perfeitamente tempestivo o presente petição.

### 2. DA BREVE SÍNTESE FÁTICA

A Recorrente MACROSUL participou do certame em epígrafe para contratação do seguinte objeto:  
1.1 – O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de equipamento e material permanente para Unidades Básica de Saúde: Centro de Saúde Antônio Emídio de Souza e Posto de Saúde Caldeirão, conforme proposta nº 17767.390000/1210-01 - Ministério da Saúde

Assim, especialmente em relação ao item 01 do Termo de Referência, exigiu-se as seguintes especificações técnicas:

Item 01:

Descritivo do edital:

6333 - ASPIRADOR DE SECREÇÕES ELÉTRICO MÓVEL FLUXO DE ASPIRAÇÃO/VÁLVULA DE SEGURANÇA/FRASCO/BATERIA/SUORTE C/RODÍZIOS: DE 15 A 30 LPM/POSSUI/TERMOPLÁSTICO OU VIDRO/RECARREGÁVEL BIVOLT/NÃO POSSUI POR SER **PORTÁTIL ATÉ 3,5**. (grifou-se)

Dessa forma, após abertura do certame, dos devidos trâmites processuais, e do estabelecimento da ordem de classificação, com a conseguinte declaração da empresa 1ª colocada como vencedora do certame para o referido item, facultou-se a análise dos documentos às demais licitantes, abrindo-se prazo para a intenção de recurso.

Após análise da marca/modelo ofertados pelas licitantes colocadas no 1º ao 5º lugar no certame para o referido item, observou-se que não atenderam as exigências do Edital quando da apresentação das suas propostas.

É que, a empresa 1ª colocada, a SETEMOL EQUIPAMENTOS ODONTOMEDICOS LTDA – ME, ofertou equipamento HR HOSPITALAR/HR HOSPITALAR, contudo, não especificou qual modelo correto está ofertando, indicando apenas a marca, violando-se diretamente o item 5.6, alínea “b” do Edital.<sup>1</sup>

Além disso, verificou-se que os aspiradores da marca HR Hospitalar não possuem peso até 3,5kg, conforme exige o descritivo do edital, conforme pode-se consultar do site do fornecedor, conforme link a seguir: <<http://hrhospitalar.com.br/loja-oficial/>>.

A empresa 2ª colocada, a RITA DE ANDRADE VIEIRA - ME, por sua vez, ofertou marca/modelo HR/ INL6005, que também não possui peso até 3,5kg, conforme exige o descritivo do edital e pode ser verificado no link a seguir: <<http://hrhospitalar.com.br/produto/aspirador-cirurgico-inl-6005-c/>>.

A empresa 3ª colocada, a ODONTOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA - ME, ofertou equipamento HR HOSPITALAR/HR HOSPITALAR, contudo, não especificou qual modelo correto está ofertando, indicando apenas a marca, violando-se diretamente o item 5.6, alínea “b” do Edital.<sup>2</sup>

Além disso, verificou-se que os aspiradores da marca HR Hospitalar não possuem peso até 3,5kg, conforme exige o descritivo do edital, conforme pode-se consultar do site do fornecedor, conforme link a seguir: <<http://hrhospitalar.com.br/loja-oficial/>>.

A empresa 4ª colocada, a CMED DISTRIBUIDORA LTDA, ofertou marca/modelo HR/6005, que também não possui peso até 3,5kg, conforme exige o descritivo do edital e pode se consultar do link a seguir: <<http://hrhospitalar.com.br/produto/aspirador-cirurgico-inl-6005-c/>>.

<sup>1</sup> 5.6 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente: b) Marca/Modelo: quando for o caso.

<sup>2</sup> 5.6 – Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente: b) Marca/Modelo: quando for o caso.

A empresa 5ª colocada, a Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, ofertou marca/modelo ASC / ASCLEPIOS / AS-100 ANVISA: 81941119002, que não possui peso até 3,5kg, conforme exige o descritivo do edital, e pode se consultar através do manual disponível na ANVISA: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/25351033793202216/?numeroRegistro=81941119002>

**Como se pode notar, não há dúvida que as empresas colocadas do 1º ao 5º lugar no certame, para o item 01, não ofertaram equipamentos que atendem às especificações solicitadas no Edital, de modo que devem ser imediatamente desclassificadas.**




Ao contrário dessas empresas, informa-se que a empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA, ora recorrente e 6ª colocada para o referido item no certame, ofertou marca/modelo MD / DV-350, que atende perfeitamente ao solicitado em edital, conforme se pode confirmar do link a seguir <<http://macrosul.com/loja/aspirador-portatil-de-secrecoes-dv-350-md/>> e da imagem ilustrativa abaixo:



Home > Suporte à Vida > Aspirador de Secreção > Aspirador Portátil de Secreções DV-350 MD®

## Aspirador Portátil de Secreções DV-350 MD®

O DV-350 é um aspirador portátil e versátil de alto vácuo, indicado para sucção de secreções, fluidos corporais, corpos estranhos nas áreas nasais, faringe e traquéia.

Compartilhe   

### Descrição

- Silencioso e potente, baixo ruído de operação
- Bomba tipo pistão totalmente isento de óleo
- Produz vácuo de 0 – 620 mmHg
- Fluxo de aspiração de 20 litros por minuto
- **Leve, pesa apenas 3.5kg**
- Alça móvel e integrada para melhor portabilidade
- Bateria integrada recarregável, com autonomia maior que 40 minutos de sucção
- Indicador luminoso de carga da bateria e energia
- Frasco coletor de 800ml com proteção antitransbordamento
- Botão regulador de vácuo para controle da potência de sucção
- Visor analógico de fácil leitura da pressão (vacuômetro)
- Filtro para proteção da contaminação cruzada
- Acionamento através do botão liga/desliga
- Grau de proteção contra poeira e umidade IP22

Dessa forma, não obstante o resultado do certame para o item 01, destaque-se que as irregularidades perpetradas no decorrer do certame, especialmente no que tange ao não atendimento das exigências editalícias exaustivamente comprovadas nesse petítório, implicaram violação à competição sadia e isonômica no certame, bem como violação ao princípio da legalidade e de vinculação ao instrumento convocatório.

Desta feita, necessária se faz a revisão da referida decisão, desclassificando-se todas as empresas que não apresentaram suas propostas de acordo com as exigências e critérios expressamente previstos no edital, eis evidente a ilegalidade da manutenção de propostas em desconformidade ao Edital.

### 3. DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO

Naquilo que diz respeito ao cumprimento do Edital pelas licitantes, este foi claro e expresso no sentido de que seriam desclassificadas as propostas que não atendessem aos critérios expressos do Edital, especialmente às especificações técnicas exigidas:

6.2 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, **desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital**, contendo vícios insanáveis, ilegalidades, **ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência**. (grifou-se).

Como se pode notar das disposições acima, propostas conflitantes ao descritivo e exigências técnicas do Edital, **serão desclassificadas**.

Isso porque, justamente, o objetivo da apresentação da proposta de preços de acordo com as exigências, especificações e documentação do Edital é o que garante a competição isonômica no processo, e, inclusive, permite a contratação da proposta mais vantajosa, que deve ser apresentada de acordo com equipamento compatível ou superior ao solicitado.

Nesse sentido, o julgamento das propostas deve ser objetivo, apoiado em critérios bem definidos no instrumento convocatório, os quais, atendendo ao “Princípio de Legalidade”, não poderão contrariar as regras dispostas na Lei, bem como, evidentemente, aos princípios basilares de licitação.

E, baseando-se na finalidade básica da licitação, que busca selecionar a “proposta mais vantajosa para Administração Pública e que atenda perfeitamente ao solicitado no edital”, a fim da adequação e satisfação ao interesse público, não se pode furtar a Administração Pública de observar que todas as propostas atendam aos requisitos, especificações e critério de julgamento do edital.

Assim, o que se depreende do Edital é que todos os licitantes deveriam apresentar a sua proposta de acordo com o descritivo previsto no Termo de Referência, sob pena de frustração da isonomia e do caráter competitivo do certame.

Assim, evidente que a manutenção de empresas no certame que não atendem aos requisitos acima descritos viola diretamente os princípios comezinhos que pautam a atuação da Administração Pública, especialmente o princípio da legalidade, neste ato representado pela estrita observância do instrumento convocatório.

Dessa forma, a ilegalidade se trata de um vício insanável, já que, no caso em tela, implicará evidente julgamento não isonômico do certame, bem como violará diretamente os princípios da isonomia, da impessoalidade, da legalidade e da moralidade, todos previstos expressamente no artigo 37, caput e inciso XXI, da Constituição da República de 1988.

Não por menos, qualquer entendimento diverso deverá ser de plano rechaçado, eis que se mostrará contrário aos princípios constitucionais básicos elencados acima, que, justamente, permeiam a atuação da Administração Pública nos processos administrativos e do próprio Estado Democrático de Direito.

Nesse diapasão, importante destacar que, amparada no caput dos artigos 3º e 41, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993, a aplicação do princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da ampla concorrência, buscam evitar que a Administração Pública possa beneficiar determinado particular em detrimento de outro de forma discricionária, com consequente ofensa aos princípios constitucionais básicos da isonomia, da impessoalidade, da moralidade e da legalidade.

Desta feita, a criação de um conjunto de regras escritas e desenvolvidas especificamente para aquele certame garante não apenas segurança jurídica à Administração Pública, mas também permite aos licitantes interessados que sejam julgados de forma isonômica e impessoal pelo Pregoeiro.

Assim, acerca do não atendimento dos critérios expressamente previstos no Edital, e, por conseguinte, do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, já se manifestou o E. Superior Tribunal de Justiça:

Na salvaguarda do procedimento licitatório, **exsurge o princípio da vinculação, previsto no art. 41, da Lei 8.666/1993, que tem como escopo vedar à Administração o descumprimento das normas contidas no edital.** Sob essa ótica, o princípio da vinculação se traduz na regra de que o instrumento convocatório faz lei entre as partes, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do certame".<sup>3</sup> (grifou-se)

Desta feita, diante das evidentes inconsistências apresentadas, isto é, violação do Edital pelas empresas classificadas do 1º ao 5º lugar para o item 01 do Termo de Referência, em razão da apresentação de propostas em desconformidade ao descritivo e ao Edital, todas devem ser desclassificadas, em prol da competição sadia e isonômica no certame, de modo que a manutenção da ordem de classificação e declaração da empresa 1º colocada no item indicado como vencedora do certame contém vício de legalidade insanável.

<sup>3</sup> STJ, REsp 1.384.138/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, DJe 26/08/2013.

#### 4. DOS PEDIDOS

Em face das razões de fato e de direito acima expostas, requer-se seja o presente recurso conhecido e, no mérito, julgado procedente, no sentido de que sejam desclassificadas as empresas colocadas do 1º ao 5º lugar para o item 01, por terem ofertado equipamentos que não atendem ao solicitado em edital, e, por conseguinte, requer-se a declaração da empresa COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA como vencedora desses itens do certame, já que foi a única que ofertou equipamento que atende ao solicitado em edital, de acordo com o item 7.21 do Edital.<sup>4</sup>

Curitiba, 06 de abril de 2022.

**Kátia Barboza de Moraes**

Responsável Legal

RG: 8.549.051-6-PR

CPF: 061.517.519-81

<sup>4</sup> 7.21 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórios, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.